

## Discursos e representações sobre América Latina em LDs de E/LE

Ariel Matías Blanco - UFF

### INTRODUÇÃO

Esse trabalho representa apenas um fragmento de uma reflexão mais ampla que tem como foco de análise as políticas sobre as línguas e as culturas, principalmente do espanhol, na conjuntura latino -americana.

A definição de uma identidade latino-americana tem sido desde as primeiras designações uma tarefa para consagrar a distinção geocultural entre os grupos; porém, “ nenhuns dos critérios passíveis de serem levados em conta para justificar tecnicamente a distinção (enquanto diferença legítima) [...] se ajusta com perfeição” (BOURDIEU, 1996, p. 100).

De uma perspectiva discursiva dos fatos linguísticos (que é, ao mesmo tempo, política e histórica), as representações sobre o continente americano estiveram desde o século XV impregnadas de abordagens descritivas e classificatórias. Viajantes, historiadores, cientistas e escritores contribuíram para forjar significações do que a partir da segunda metade do século XIX se denominaria América Latina.

Numa trajetória ininterrupta até a atualidade, o mesmo afã taxonômico de unificar fronteiras geográficas, linguísticas e culturais foi encontrando legitimidade no seio das ciências sociais.

Nas últimas décadas conceitos como identidade e cultura tornaram-se centrais na teoria social. Sob diversas perspectivas revisionistas vários paradigmas do pensamento moderno são abordados e questionados. A análise do discurso, os estudos culturais, a linguística aplicada e outras perspectivas críticas configuram-se como um campo interdisciplinar que desestabiliza velhas certezas do passado.

Sob essa perspectiva, portanto, não se trata de reivindicar essa o aquela identidade latino-americana, nem de estabelecer as verdadeiras características culturais latinas das Américas injustamente distorcidas durante séculos, e sim de questionar como as identidades e a cultura adquirem sentido através das representações e dos discursos, como as redes de significados se ligam a sistemas

de poder, e que mecanismos estão envolvidos na formação e na promoção de uma coletividade transnacional simbólica e objetivamente legitimada.

Todo isso nos leva a supor que as representações e os discursos sobre América Latina são construídos, sustentados e negociados nas relações sociais dentro de estruturas desiguais de poder e que entidades, instituições e organismos desempenham um papel importante na produção e na reprodução desses sistemas de significação.

Na medida em que a linguagem está estreitamente vinculada à produção e manutenção das relações de poder, propomos refletir sobre a institucionalização de certos lugares de significância que se inscrevem em um universo discursivo caracterizado pela trivialização dos conflitos linguísticos e a apologia despolitizada da diversidade cultural.

A estreita vinculação dos livros didáticos<sup>1</sup> (LDs) de espanhol como língua estrangeira (E/LE) com as instituições (educacionais, governamentais e mercantis) permite compreender como o discurso didático textualizado contribui para a naturalização de sentidos sobre a cultura latino-americana.

## O SUPORTE DIDÁTICO E AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

Em certas condições de produção<sup>2</sup> os sentidos institucionalizam-se, tornam-se dominantes e adquirem um caráter literal. A relação dos textos com as ditas condições é fundamental para compreender a supremacia de certos sentidos sobre outros possíveis. Nesse sentido “a relação entre condições sócio-históricas e as significações de um texto é constitutiva e não secundária” (ORLANDI, 1983, p. 20).

---

<sup>1</sup> É evidente que o LD de E/LE não é o único espaço de legitimação de representações e discursos sobre América Latina. Não obstante, outras fontes legitimadoras da(s) identidade(s) culturais (mídia, literatura, produção científica, etc) excedem os limites de nosso trabalho cujo objetivo principal foi identificar possíveis filiações entre os textos didáticos de E/LE e formações discursivo-ideológicas a partir de um *corpus* constituído por quatro LDs de E/LE publicados entre 2003 e 2005. Os exemplares que conformaram o *corpus* bruto acham-se especificados nas referências bibliográficas, porém, para obter mais detalhes dos aspectos teórico-metodológicos em relação à delimitação do recorte linguístico-discursivo (*corpus*) sobre o qual efetuamos a análise veja-se Blanco (2010).

<sup>2</sup> Segundo Orlandi (2003, p. 40), “as condições de produção implicam o que é material (a língua sujeita a equivoco e a historicidade), o que é institucional (a formação social, em sua ordem e o mecanismo imaginário” (imagens dos sujeitos e objetos do discurso).

O funcionamento discursivo não é essencialmente linguístico nem de total domínio do sujeito, já que retoma sentidos preexistentes. Ao mesmo tempo, o dito relaciona-se com o não-dito e articula-se a posições discursivas — representações sociais que determinam os espaços do dizer — que ligam simbolicamente os discursos às relações de poder historicamente instituídas<sup>3</sup>.

A cristalização dos significados dominantes acontece historicamente e num determinado contexto. Dessa perspectiva, “se pensarmos o contexto como constitutivo, [...] qualquer variação relativa às condições de produção é relevante para a significação” (ORLANDI, 1983, p. 149).

Embora os efeitos de sentido determinados ideologicamente apresentem as palavras como imutáveis e naturais, há no discurso — pela relação do sujeito com o mundo social, com as redes da memória e com a história — “a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação” (PÊCHEUX, 2008, p. 56) que atesta a provisoriedade e a incompletude do simbólico.

Consequentemente, podemos nos ater sobre certas condições de produção que se mostram relevantes para compreender como América Latina é significada.

A partir do momento em que afirmamos que não procuramos estabelecer um sentido literal<sup>4</sup> fechado para América Latina nem reivindicar uma identidade verdadeira ou mais justa, consideraremos o texto didático<sup>5</sup> não como “documentos que ilustram ideias preconcebidas, mas monumentos nos quais se inscrevem múltiplas possibilidades de leitura” (ORLANDI, 2003a, p. 64).

O texto não é apenas um dado de onde podemos extrair conteúdos imanentes. Não é o início absoluto nem o ponto final dos significados. Os textos, entendidos como espaços significantes de natureza linguístico-histórica, afetado pelo já-imaginado (as representações) e o já-dito (a discursividade), fazem parte de um

---

<sup>3</sup> Consideramos a história na perspectiva discursiva, isto é, estritamente ligada às relações de poder e de sentido e não à cronologia.

<sup>4</sup> Adotamos a noção de Orlandi (1983, p. 133) para esse conceito. De acordo com a autora, o sentido literal “é um sentido dominante que se institucionaliza como produto da história”.

<sup>5</sup> O caráter didático do texto não faz dele uma adaptação do texto original para uso educacional. O texto didático não é um subproduto de um texto jornalístico, histórico ou literário. Ele é sempre uma unidade significativa de natureza linguístico histórico. Nesse sentido, descartamos a possibilidade de uma oposição texto real/texto artificial. Essa visão ingênua dos produtos didatizados é percebida na classificação polarizada ‘autêntico/não autêntico’ muito frequente na área de Ensino-Aprendizagem de E/LE.

processo discursivo muito mais amplo. Neles há vestígios da multiplicidade e incompletude dos sentidos.

A suposição de existirem funções, propósitos e objetivos (pré)definidos ou típicos, para suportes e gêneros<sup>6</sup> reduz o LD e os textos que dele fazem parte a um produto fechado nele mesmo, controlável, coerente e sem contradições, negando seu pertencimento a processos sócio-históricos mais amplos.

A definição do LD de E/LE como “um suporte (inter)textual — espaço simbólico (historicamente) institucionalizado —, onde, através da interação discursiva, tem lugar a (re)produção, a distribuição e a avaliação social dos sentidos” (BLANCO, 2010, p. 63) nos permite pensar o vínculo indissociável entre o(s) texto(s) com o(s) contexto(s).

Em suma, uma noção de suporte entendido como espaço sócio-histórico institucionalizado que tem incidência sobre a pluralidade de efeitos de sentidos e põe em questão os princípios de objetividade, completude e não-contradição dos textos fornece insumos teórico-metodológicos para descrever e compreender como agências institucionais de promoção e normatização da língua-cultura intervêm direta ou indiretamente na instauração de políticas linguístico-culturais via LDs de E/LE.

## IDENTIDADE LINGUÍSTICA E ALTERIDADE CULTURAL: DUAS REGIONALIZAÇÕES DISCURSIVO-IDEOLÓGICAS

No recorte analítico, observamos duas tendências discursivas, isto é, duas configurações do discurso sobre a identidade cultural latino-americana. Ambas são específicas, porém, não excludentes. Através delas, é possível estabelecer a relação recíproca entre os traços linguísticos presentes nos LDs de E/LE e as formações ideológicas que determinam os sentidos.

---

<sup>6</sup> Não podemos reduzir a relevância do suporte à fixação e à apresentação de textos. Daí que admitir que a função básica do suporte “é fixar o texto e assim torná-lo acessível para *fins comunicativos*” (MARCUSCHI, 2003, p. 8-9, grifo nosso) não permite ver a estreita relação entre sentidos, textos, suportes, instituições e história.

Na primeira regionalização discursiva, é estabelecida parafrasticamente uma relação de oposição binária entre América e Europa, entre latinos e saxões ou entre América Latina e Espanha. A identidade latino-americana funciona como alteridade.

As denominações identitárias de alteridade demarcam fronteiras oficiais entre as regiões. Os limites simbólicos são estabelecidos através da geografia, as tradições ou a herança cultural. A ênfase na riqueza regional latino-americana coloca em primeiro plano o contraste das diferenças. O discurso didático sobre a identidade cultural latino-americana é construído a partir de um olhar exógeno (mesmo quando é o 'nativo' quem toma a palavra), dessa forma, o que é relatado, sempre remete a particularidades, elementos não familiares, curiosos ou exóticos.

Podemos dizer que o discurso didático sobre a cultura adota um estilo etnográfico a fim de inserir América Latina em categorias previamente (re)conhecíveis. A posição de observador legítimo e o perfil etnográfico que o autor assume nos LDs de E/LE permitem-lhe transformar, mediante a exibição de uma miscelânea textual respaldada pelo próprio suporte, o caráter processual e heterogêneo dos fenômenos culturais em dados informativos uniformes.

A visão etnográfica da cultura latino-americana materializada nos textos didáticos caracteriza-se pela exaltação descritiva de detalhes que possam ser atraentes para o leitor — visto também como consumidor de eventuais serviços —, evitando as tensões e conflitos que poderiam advir de um enfoque histórico-político.

A relação inevitável entre o mercado e os LDs e destes últimos com os leitores/consumidores convertem o interior das obras em uma verdadeira vitrine de bens e serviços linguístico-culturais, desde material didático, turismo, cursos e certificados de proficiência, até propaganda explícita de marcas internacionais.

As referências a conflitos políticos ou desigualdades históricas<sup>7</sup> são substituídas por um estilo culturalmente asséptico de receptividade harmoniosa. De certa maneira, as explicações de cunho (mono)cultural amenizam as fricções que poderiam pôr em perigo a 'inquestionável' irmandade inter-regional.

---

<sup>7</sup> No tópico iniludível da colonização, por exemplo, podemos observar no texto didatizado e nos elementos paratextuais (imagens, atividades, comentários) um exemplo da aprazível maneira de abordar o tema, reforçando incessantemente as representações seculares de uma América exuberante, selvagem e (des)conhecida.

Podemos remeter essa multiplicidade de textos que constituem o discurso didático sobre a identidade cultural latino-americana a uma formação ideológica dominante expressada em termos de contraste e diversidade.

A segunda tendência discursiva presente no *corpus* de análise remete a uma convergência identitária consolidada pela homogeneidade da língua comum. A própria língua espanhola converte-se em um espaço simbólico que neutraliza a conflituosa alteridade.

Há um apagamento das diferenças identitárias através da nomeação de espaços simbólicos linguístico-culturais mais gerais. Neste tipo de classificação a diversidade particular é superada pela unidade global. Evidencia-se uma identidade panhispânica que repousa em um sentimento de pertencimento a uma comunidade internacional

Nos discursos sobre a comunidade panhispânica as identidades concorrentes não são excluídas, e sim absorvidas. A coexistência das outras línguas e culturas apresenta-se de maneira harmoniosa, diluindo qualquer tipo de disparidade ou hierarquia. Há uma receptividade ao caráter plurilíngue e à riqueza cultural comum que teria na língua espanhola seu nexos unificador.

Segundo Valle (2007, p. 40), a ideologia linguística que se apoia nessa afinidade cultural, psicológica e afetiva baseada na língua comum é denominada hispanofonia, e devido a seu caráter ideológico os governos espanhóis e os líderes empresariais movimentam estrategicamente tanto instituições linguísticas quanto culturais, para assegurar-se de que as intervenções da indústria hispanofônica sejam consideradas legítimas e naturais e não percebidas como uma nova versão pós-moderna das antigas relações coloniais.

No *corpus* analisado constatamos que a heterogeneidade linguística se expressa fundamentalmente em termos de empréstimos vocabulares organizados em listas e gráficos ou através de comentários marginais sobre eventuais desvios superficiais da norma no plano lexical ou fonético-fonológico. Uma espécie de centralismo normativo ou uma reconfiguração atualizada do caráter policêntrico<sup>8</sup> da

---

<sup>8</sup> De acordo com Fanjul (2010, no prelo), 'policêntrico' alude a inexistência de um único centro de prestígio normativo. Para o autor, a etapa policêntrica do espanhol se estendeu desde a segunda metade do século XIX até as últimas décadas do século XX devido, em grande parte, ao relativo equilíbrio entre centros prestigiosos, não apenas no âmbito linguístico, mas no âmbito político, econômico e cultural. Cabe esclarecer que o dito equilíbrio "não se trata de uma 'democracia' linguística, mas de um tipo de equilíbrio entre centros de poder

língua onde o reconhecimento da(s) norma(s) americana(s) é estabelecido pela referência que se faz a algumas variedades associadas ao âmbito nacional (principalmente Argentina e México) ou a América Latina como um todo; porém, sempre de modo periférico e contrastivo.

As medidas centralizadoras, no entanto, não se estruturariam em torno de uma variedade linguístico-cultural predominante em detrimento de outras, a fim de extingui-las e sim pelo gerenciamento tutelar do patrimônio panhispânico, exercido pelo conjunto de agências oficiais do qual o estado nacional espanhol faz parte. Nesse sentido, Fanjul (2010, no prelo) explica que:

a instância [...] tutelar, centrada em setores de poder no campo político e econômico da Espanha, mas de caráter mais corporativo do que político-nacional, tenta uma centralização erigindo-se não em guardiã senão em administradora da língua “supranacional”, incluindo sua diversidade.

O pretense prestígio pluricêntrico das normas defendido nas esferas oficiais, na verdade, é apresentado como uma hierarquização tácita das variedades. Dessa forma, é possível conceber a língua espanhola não como uma língua ‘policêntrica simétrica’, mas como uma língua “*policêntrica piramidal*” constituída por uma variedade central e outras secundárias (HAMEL, 2004).

Podemos afirmar que, considerando as condições conjunturais brasileiras, tais como: a confluência de políticas de promoção da língua, a intensificação da propaganda cultural e a consolidação do corporativismo empresarial, há uma forte tendência para a inclusão do Brasil nesse pretense espaço comunitário panhispânico.

Ramón Casilda Bejar, economista participante do II CILE de 2001, já advertia e celebrava a relevância da região luso-espanhola para o fortalecimento do corporativismo transnacional em torno ao E/LE. De acordo com o autor, “*Iberoamérica es un área de expansión natural para las entidades y empresas españolas, porque las raíces culturales y el idioma común facilitan el acceso a los mercados y la clientela*” (BEJAR, 2001).

O novo impulso institucional da imagem comunitária ibero-americana, ou melhor, hispano-brasileira, no mercado e na legislação nacional, está vinculado mais

---

desigual, e também de um modo de existência da desigualdade interna a esses centros” (FANJUL, 2010 no prelo).

à estratégia de naturalização e preservação de privilégios díspares do que ao destino inevitável da raça cósmica hispano-americana amalgamada na língua comum.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho refletimos sobre algumas problemáticas contemporâneas que envolvem questões de linguagem e que dizem respeito às relações da língua espanhola no contexto político-educacional brasileiro e ao lugar dos LDs de E/LE na construção discursiva e representacional das identidades.

Definimos o LD de E/LE como suporte (inter)textual, produto historicamente institucionalizado que juntamente com outras condições de produção incide sobre a direção dos sentidos e caracterizamos o discurso didático como um discurso de autoridade, atravessado por redes de sentido cujo tom de cientificidade — principalmente etnográfico — configura-o como um discurso oficial para circular no contexto escolar.

Consequentemente, apresentamos uma outra interpretação no que se refere ao caráter didático dos textos, descartando a possibilidade de eles serem meras cópias com fins educacionais, adaptações de outros textos tidos como originais.

Nesse sentido, buscar a legitimidade dos materiais didáticos na capacidade dos autores em selecionar e apresentar o saber legítimo é esquecer que a autoridade de que eles se revestem é, na realidade, a manifestação simbólica de uma legitimidade disputada em outras esferas institucionais.

Em relação à América Latina, a análise do *corpus* apontou duas tendências discursivas e representacionais sobre as identidades culturais.

A primeira relaciona-se à naturalização de uma identidade cultural espanhola que tem como contrapartida a latino-americana cuja condição de alteridade adquire espessura a partir da distinção e o contraste.

Os textos didáticos, atravessados pelas condições de produção, recriam interdiscursivamente — sempre de maneira renovada — um ‘já-imaginado’ que evoca paisagens edênicas, costumes exóticos, economias ‘emergentes’ e identidades subalternas e deficitárias.

A segunda tendência diz respeito à convergência identitária que reúne a diversidade em uma única comunidade hispanofônica.

O apagamento das distinções, através de denominações homogeneizantes, encobre as disputas no plano político-linguístico e as tensões sócio-históricas sob a retórica da comunidade internacional não conflituosa.

Ambas as tendências discursivo-ideológicas tem um ponto em comum: a língua espanhola como pilar fundamental da identidade cultural unificada.

Nesse cenário glotopolítico, o continente (aqui incluímos os Estados Unidos e o Brasil) torna-se peça fundamental para manutenção do status simbólico do espanhol como língua global, rentável e homogênea, apesar da diversidade cultural (destacada e patrocinada pelas mesmas agências oficiais), obrigando as corporações autorizadas a intervir intensamente em questões de cunho linguístico e cultural.

Assim, a disputa pela institucionalização das hierarquias linguístico-culturais tanto nas esferas governamentais quanto nas empresariais, através da administração e do controle dos instrumentos de difusão e legitimação da língua-cultura é de fundamental importância.

Dada a vinculação do material didático a um contexto sócio-histórico mais amplo e sua relação com outras esferas institucionalizadas, pode-se afirmar que as representações e os discursos sobre a identidades cultural(is) latino-americana(s) estão aquém e além dos LDs de E/LE.

## REFERÊNCIAS

BEJAR, Ramón Casilda (2001): *Una década de inversiones españolas en América Latina (1990-2000). El idioma como ventaja competitiva*. Congreso Internacional de la Lengua Española. 2. Valladolid. Disponível em: <<http://congresosdelalengua.es/valladolid/ponencias/default.htm>>. Acessado em 20 dez. 2009.

BLANCO, Ariel Matías (2010): *Identidades (mono)culturais latino-americanas: discursos e representações em livros de español como língua estrangeira*. Dissertação de mestrado – Programa de Pós-Graduação em Letras. Niterói: Gráfica Universitária/UFF.

- BOURDIEU, Pierre (1996): *A economia das trocas Lingüísticas*. São Paulo: Ed. Edusp.
- BRIONES, Ana Isabel et al. (2005): *Español ahora 1* (Libro del alumno). São Paulo: Ed. Moderna, 2005.
- FANJUL, Adrián (2010): 'Policêntrico' e 'Panhispanico': Deslocamentos na vida política da língua espanhola. Em: LAGARES, Xoán Carlos e BAGNO, Marcos. (Orgs.). *Políticas da norma e conflitos lingüísticos*. São Paulo: Ed. Parábola. (no prelo).
- HAMEL, Rainer Enrique (2004): *Las cuatro fronteras de la identidad lingüística del español: lengua dominante y dominada, lengua fronteriza y lengua internacional*. Congreso Internacional de la Lengua Española. 3. Rosario. Disponível em: <[http://congresosdelalengua.es/rosario/mesas/hamel\\_r.htm](http://congresosdelalengua.es/rosario/mesas/hamel_r.htm)>. Acessado em 9 fev. 2010.
- HERMOSO, Alfredo. González e DUEÑAS, Carlos Romero (2004): *Eco. Curso Modular de Español Lengua Extranjera 1* (Libro del alumno). Madrid: Ed. Edelsa.
- LOBATO, Jesús Sánchez et al. (2005): *Nuevo español sin fronteras 1* (Libro del alumno). Madrid: Ed. SGEL.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio (2003). *A questão dos gêneros textuais* (Versão provisória). Disponível em: <[HTTP://bbs.metalink.com.br/~lcoscarelli/GEsuporte.doc](http://bbs.metalink.com.br/~lcoscarelli/GEsuporte.doc)>. Acessado em 6 jan. 2009.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli (1983): *A linguagem e seu funcionamento. As formas do discurso*. São Paulo: Ed. Brasiliense.
- \_\_\_\_\_ (2003): *Análise do discurso*. Campinas, São Paulo: Ed. Pontes.
- PÊCHEUX, Michel (2008): *O discurso. Estrutura ou acontecimento*. Campinas, SP: Ed. Pontes.
- VALLE, José Del (2007): La lengua, patria común: la *hispanofonía* y el nacionalismo panhispanico. Em: \_\_\_\_\_ (Org.). *¿La lengua, patria común? Ideas e ideologías del español*, p. 31-56. Madrid: Ed. Vervuert.
- VERDÍA, Elena et al. (2007): *En acción 1*. Madrid: Ed. EN CLAVE-ELE.